

**NOTAS SOBRE A ORIGEM, A NATUREZA E O IMPACTO DA ATUAL CRISE
ECONÔMICO-FINANCEIRA VISTA PELA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
MARGINALISTA**

Daniel Santiago Chaves*

Peremptoriamente, pensar o atual quadro de perspectivas da crise, com vistas à transição 2008/2009 é um exercício que requer ferramentas teórico-metodológicas precisas e rigorosas, visto que a profundidade dessa crise ainda não foi totalmente constatada - com a exceção, é claro, do seu caráter catastrófico e psicológico para os mercados, produtores, consumidores e especuladores. Qualquer estimativa é arriscada, *todo cuidado é pouco*, em termos coloquiais.

Observaremos aqui, também, as intersecções e explicações possíveis da crise econômica na qual estamos envolvidos sob a luz das duas perspectivas clássicas do ‘marginalismo’ na Economia Política Internacional: a do liberalismo e do realismo nacional-proteccionista¹. Invariavelmente, para a especulação de uma racionalidade crítica engajada - o nosso *Tempo Presente* - que considere a totalidade dos processos, a veracidade das narrativas e a nossa responsabilidade enquanto agentes no atual processo, é mister que tenhamos em mente os apontamentos do multi-campo interdisciplinar da História, das Relações Internacionais, da Ciência Política e da Economia Política Internacional.

Em marco histórico, observar profundas similitudes estruturais entre a atual crise e a sua precedente histórica comumente comentada, a crise de ’29, quiçá não seja o quão razoável se possa especular. Se algum corte comparativo é possível, trata-se de uma tensão sistêmica ligada à permanência (ou não) de determinada feição do modelo capitalista, gerando grande impacto ‘psicológico’ ou ‘emocional’: na atual situação, não se constata excesso de oferta que venha a fragilizar *diretamente* a chamada “economia real”, senão com um efeito derivado da valorização hipertrofiada dos ativos.

Com efeito, a questão não é a quantidade, mas o valor; nessa crise especulativa - com franco descolamento entre produção, especulação e consumo. Mais ainda, a crise teve como centro o ‘*subprime*’, um crédito de alto-risco à habitação; mas não há endividamento por todo

o sistema, sendo a contração do crédito o elemento central de propagação da crise, com diminuição da liquidez dos agentes e a descoberta de que os lucros exorbitantes antes apresentados tinham fragilidades em suas bases, sendo inventivos. Em resposta direta, esses agentes de mercado retraem os seus recursos em busca de garantias mais sólidas para o seu lastro.

O que pode ser especulado como comum, no entanto, é a vigência do paradigma liberal presente (ou precedente, visto que a sua decrepitude é um dado de realidade mesmo às forças políticas mais conservadoras) aos dois momentos pré-crise, ainda que com diferentes modelagens, o que por sua vez está diretamente relacionado a uma crise na sua predominância ideológica. Tanto no momento da crise de '29 como na atual, essa persistência/predominância da via de pensamento liberal foi notada como o propulsor incontornável para as crises econômica e política, considerando fundamental a auto-regulação da economia e galvanizando a insistência no Estado como 'espectador', uma premissa fundamental para a garantia do 'mais perfeito funcionamento' da economia de mercado livre.

Nesse sentido, em chaves interpretativas voltadas para problemas ainda mais sensíveis, um paralelo possível é que a voga dos pressupostos pirotécnicos da ideologia de mercado (e, possivelmente, de sociedade) liberal estaria preparando os indivíduos para a reificação do indivíduo sob a irrefreável busca por uma nova existência em um novo mundo, melhor e mais próspero, que repousaria sob os termos forjados da inédita e explícita história universal e unidirecional, da fabulosa oportunidade de aplicação irrevogável destes princípios liberais - seja nas democracias estáveis, na *pax* ou nos mercados livres - como o *putsch* derradeiro à mutabilidade inerente em toda experiência e madurez existencial do ser coletivo, narrado e narrador. Guardadas as proporções do momento atual em comparação com a anterior crise, trata-se da explicação clássica do Karl Polanyi para as questões ligadas ao autoritarismo político extremado das décadas de '20 e '30, que sacudiriam o planeta na 2ª Grande Guerra.

A constatação de que uma *“infra-estrutura da informação global se expande em escala planetária como uma imensa teia de aranha”* maximizou as suas ações de modo a suplantar o papel dos múltiplos atores sociais marginais em torno de uma pretensa narrativa unívoca, dotada de um só significado em um só caminho legítimo - e, por assim sugerir, unicamente lícito - extrapola qualquer primado crítico.

Mas, retornando desta digressão devemos considerar que, do ponto de vista econômico, a crise é antes de tudo um choque de proporções tremendas, vista a hegemonia do pensamento do “novo liberalismo” pós-Consenso de Washington (pensamento o qual, *grosso modo*, poderia ser caracterizado como um conteúdo programático voltado para o incentivo à diminuição dos gastos públicos, à maior disciplina fiscal, redução das restrições ao investidor privado e capitalização das empresas estatais) sendo diretamente abalada pelo fenômeno. Era a assustadora e quiçá-iminente derrocada do sustentáculo programático do pós-Guerra Fria, o determinante da “prosperidade material” e da “paz universal” cunhadas pela vitoriosa Aliança Atlântica para o futuro mundial. A maquinaria liberal não funcionara, ou pelo menos não como se propunha.

Na medida em que as trancas do protecionismo desenvolvimentistas estariam destravadas, não se assistiu rigorosamente esse bom funcionamento prometido - apesar das leituras embebidas pela inspiração clássica indicarem que esta crise trata espontaneamente de questões estruturais com caráter regulatório, sendo assim, a manifestação mais clara da ‘mão invisível’ que não deve ser suprimida; ao contrário, qualquer intervenção pode significar um atraso na saída da crise. Entretanto, não foram geradas soluções objetivas historicamente registradas para a superação autônoma destas premissas centrais da auto-regulagem do mercado e da não-operabilidade objetiva do Estado enquanto agente regulador da economia; ainda, visto que o melhor funcionamento dos sistemas econômicos e sociais (vide o argumento ricardiano no qual se supõe que em um sistema livre ótimo, o bem estar universal dos países é alcançado na dedicação espontânea de cada individualidade em atividades e investimentos que lhe sejam mais benéficos) não mais se garantiu sustentável a partir destes preceitos e valores liberais que a pouco estavam em voga plena.

Nessa chave de interpretação ideológica (no sentido de Heilbroner, visto em Gilpin), é possível entrever uma crítica à oportunidade falha dos EUA - mais especificamente após a gestão G. W. Bush II - em apresentar-se como modelo ideal para os demais países, bem como na sua articulação enquanto economia de maior prosperidade e desenvolvimento que trouxesse o balanceamento para o sistema internacional. Essa ruptura no “estabilizador” - nos termos de Kindleberger - que não mais traria equilíbrio e liderança se daria por conta da inaptidão operacional e da incapacidade em assumir a responsabilidade e a dianteira da crise por parte da economia norte-americana.

A noção aqui reunida estabeleceria que em última instância as crises, recessões ou rupturas no sistema internacional (livre, ou melhor dizendo, liberal) inevitavelmente necessitariam desse agente estruturador das relações para equilibrá-las, o que por sua vez garantiria a continuidade assaz do sistema. Na ausência/inoperância/descrédito dessa entidade (o *hegemon*), decorre a quebra na manutenção normativa dos regimes e instituições, bem como dos interesses comuns em congregação. A crise de legitimidade dos EUA enquanto potência exemplar e líder do processo pós-Guerra Fria, erodida por duas guerras sem fim no Oriente Médio e por diversos atropelos sobre as faculdades constitutivas soberanas de diversos estados-nação indubitavelmente estariam no centro motivador dessa quebra de estabilidade hegemônica. A doutrina de livre-cambismo, em grande medida identificada com os EUA, sai da crise de 2008 muito enfraquecida, bem como as instituições financeiras e seus símbolos.

Uma especulação ligada à manutenção dessa lógica do sistema capitalista internacional pode entrever também o aprofundamento dos processos de regionalização através da constituição de blocos econômicos competitivos sob *órbita liberal*, e nesse sentido há correspondência com a chave interpretativa de Kenichi Ohmae, na qual o Estado-Nação entreveria o seu fim – empurrado ladeira abaixo pela ordem liberal contemporânea - com vistas ao surgimento do “Estado-Região”. Desenhando um mundo flexível na percepção de que a “ordem mundial baseada em Estados-nações delimitados, independentes”, o autor se posiciona de forma crítica à noção de soberania política westfaliana.

Ohmae discutiu o sentido então possível de um novo mundo, no qual esse referencial norteador das relações intra e inter estatais destes últimos 250 anos chegaria a um nível de debilidade quase derradeiro, mantendo-se apenas em uma esfera de competências que agiria em modesta complementaridade à preponderância das novas instâncias.

O que restaria então para o mundo do século XXI seria a emergência dos “Estados-regiões” como referências deliberativas da economia e da política global para um mundo que pretensamente não teria – ou não deveria ter nesta pretensão – *fronteiras*. Envolvido na exagerada tendência do final do século passado em vislumbrar o fim do Estado-Nação enquanto pertinência para as questões ao seu tempo concernentes, Ohmae pondera que o mundo se transformou e que a economia global norteará em grande medida a nova e indisciplinada realidade contemporânea. Graças à nova natureza dos fluxos globais (segundo

ele o “gênio que está fora da garrafa”), nenhuma dos modelos rígidos de arranjo nascidos na modernidade – linha de política familiar, estratégia tradicional e formas arraigadas de organização – manter-se-ia estável e funcional o suficiente para permanecer viva, em uma explicação derivada dessa leitura. E é nesse ambiente sem rigidez que se estabeleceu o mercado enquanto entidade autônoma e auto-sustentada, que em grande medida está relacionada à crise.

Talvez o maior problema dessa explicação eloqüente proposta por Ohmae seja não pontuar criticamente a incidência direta sobre os problemas de segurança, desenvolvimento e transformação política (por exemplo, para não utilizarmos outros tantos) envolvendo essa ruptura com o modelo do Estado-Nação nas suas faculdades constitutivas em prol do sistema funcional auto-regulado. Isso se torna ainda mais delicado se observarmos as derivações dessa proposição em países pobres e miseráveis, ou ainda em desenvolvimento, sob vistas de uma generalidade pouco plausível. Apesar do mundo possivelmente se globalizar ainda mais, com passos mais largos, existe certa tendência (com maior ou menor intensidade) à regionalização com persistência das entidades nacionais como unidades em referência, com inclinação considerável às trocas intra-blocos protegidas por Tarifa Externa Comum – assinalando-se aí a clara dificuldade de consenso na aplicação desta para o nosso entorno regional sul-americano, questão inclusive de grande polêmica ao final do ano, envolvendo de forma delicada acordos multilaterais como o Convênio de Crédito Regional (CCR) na questão entre Equador, Odebrecht e BNDES, a título de ilustração.

Parece evidente, como nessa ilustração, que há um ensejo por um processo de desenvolvimento nacional em retomada – processo o qual derivaria, cada qual da sua maneira, em um processo de integração regional baseado nos estados-nações enquanto entidades fortes, sólidas, estáveis e com relações menos assimétricas. A inspiração de Ha-Joon Chang, nessa direção, é explícita, inclusive em artigo publicado por Rafael Correa ⁱⁱ. A ordem liberal da economia de mercado especulativa é duramente criticada por essa perspectiva.

Muitos interlocutores contemporâneos poderiam consubstanciar como nos referencia Chang que a governança empresarial, o Judiciário e Banco Central independentes, as bases tarifárias, a democracia, a orientação da burocracia, o sistema bancário, os regimes de direito e proteção sobre a propriedade intelectual (e privada), entre outros pilares fundamentais das ‘boas políticas’ – que em larga escala estiveram relacionadas ao receituário proposto pelos

formuladores do sistema liberal em colapso -, são parâmetros impreteríveis e que os países em desenvolvimento devem observar atentamente as indicações, ou ainda o histórico do progresso institucional dos chamados “Países Atualmente Desenvolvidos” (PAD’s) para, de alguma maneira, apreender lições e obter a tão almejada ascensão doméstica e internacional. Contudo, Chang rechaça essas chaves explicativas com argumentação profundamente calcada em bases metodológicas sólidas o suficiente para afirmar que essas orientações rezam à conveniência perspicaz para com os objetivos dos países desenvolvidos.

Quiçá aqui há um diálogo franco entre a chave proposta por Chang e a articulada por Ohmae (a qual, na ‘melhor das hipóteses’, está inclinada a um contexto social, econômico e político suficientemente favorável para a supressão do Estado-Nação, o que sem dúvida não é uma realidade compartilhada por todo o globo terrestre), onde a articulação de Chang é pontualmente voltada para o fortalecimento da entidade do Estado nacional em contrariedade a dissolvência deste por parte do corpo programático e ideológico liberal. A fala de Ohmae, simples e objetivamente articulada em uma lógica sistêmica irresistível, para Chang não pareceria tão óbvia, quiçá incompatível com as realidades nacionais mais diversas em suas especificidades. Afinal, a escada ainda não haveria sido escalada por todos.

Voltando ao debate histórico sobre os PAD’s e os países em desenvolvimento, Chang faz uso da expressão “chutar a escada”, cunhada por Georg Friedrich List - um dos inspiradores da Zollverein, União Aduaneira fundamental para a unificação alemã - em “Sistema Nacional de Economia Política”ⁱⁱⁱ. Em 1841, List via um mundo cuja pujança da economia britânica era atestada, e as políticas de livre-comércio eram premissas tão profundas quanto dogmáticas. Mas não parecia muito claro que essa era a melhor orientação para o desenvolvimento dos países envolvidos nessa segunda leva; pelo contrário, para List o discurso de liberalização das economias em detrimento da proteção às economias nacionais era um ‘chute’ para longe na mesma escada utilizada pela potência hegemônica daquele período. List fez valer – assim como Chang - de abordagem histórica para compreender que, após utilizar-se de políticas protecionistas de incentivo a indústria nascente, a Grã-Bretanha - sua unidade central de análise, juntamente com Portugal, Espanha, Holanda, entre outros - progressivamente passou a pregar o livre-cambismo na medida em que a sua economia encontrava-se em etapa do desenvolvimento favorável a tal doutrina.

Ou seja, “Deram-se conta de que recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre-concorrência com as estrangeiras, estabelecidas há muito mais tempo”. O jogo detectado por List era o de um grave impedimento sobre o processo de industrialização em que outros países se encontravam, em palavras mais simples. List, por sua vez, era tributário de Alexander Hamilton - então o 1º secretário do tesouro dos EUA -, outro pilar fundamental do nacionalismo econômico que em 1791 apresenta ao Congresso o “Relatório sobre as Manufaturas”.

De grande impacto, as recomendações de Hamilton sugeriam o retorno a certas bases do sistema mercantilista instrumentalizado na Inglaterra e na França do século XVI, com a finalidade clara de assegurar a independência da nova república; para tanto, os EUA deveriam subsidiar a sua industrialização, com franco apoio em tarifas alfandegárias que arregimentassem capital para fazer subsistir esse processo e, assim, confirmar a sua ascensão.

Empregando da mesma ferramenta de List em sentido ampliado, Chang recupera o valor da História enquanto manancial para a construção de teorias que ofereçam alternativa à costumeira abordagem neoclássica que se serve excessivamente de “métodos abstratos e dedutivos”. Ainda, Chang chama atenção para a questão tarifária em relação ao protecionismo eventualmente necessário para o desenvolvimento, mas também para a importância de políticas centradas no incentivo à ICT - indústria, comércio e tecnologia - como estratégicas para amparar e impulsionar as medidas desenvolvimentistas dos países com vistas a maior autonomia em relação ao sistema econômico mundial. Não menos importante, o argumento pode ser discutido à luz do respeito à peculiaridade de cada caso ao se pensar o transplante direto das políticas e instituições orientadas pelos PAD's: não necessariamente eles trazem progresso e desenvolvimento.

Mas, a rigor, o que há de relação entre Ha-Joon Chang, Georg F. List e a importância histórica destes dois autores para pensarmos a crise atual? Ora, não restaria aos países atualmente desenvolvidos nenhum outro proceder senão o mesmo chute na escada, que estaria em curso no atual período histórico. Os PAD's, já devidamente adequados na sua história moderna e/ou recente por medidas de proteção à economia nacional, por muito tempo condicionaram (quando não condicionam) as relações de troca e amparo para com os países em desenvolvimento em franca exigência da adoção de políticas econômicas liberalizantes e/ou 'flexibilizatórias'. E ainda, mais delicado, em um cenário de crise como o atual, utilizam-

se de instrumentos e medidas regulatórias que há pouco eram incompatíveis com o seu receituário.

A alternativa que (re)surge nesse debate crítico, com efeito, é a possibilidade de um quadro ideológico norteador heterodoxo sem que necessariamente se programem rupturas sistêmicas desestruturantes. Em um momento pós-crise financeira que está profundamente relacionado às soluções intervencionistas nas economias domésticas e regionais – vide as saídas sugeridas pela UE e os EUA - o conjunto de experiências debatidas exaustivamente por List e Chang não pode ser desprezado como aprendizado histórico atento para o futuro.

Ainda, como chave de interpretação importante fora do marginalismo - reconhecida e anunciadamente fora do nosso escopo de análise, portanto - são os aportes marxistas que podem indicar uma leitura para a crise, especialmente indicando a sua origem. A saber, Immanuel Wallerstein e Rosa Luxemburgo oferecem explicações apropriadas. Wallerstein indica que o capitalismo está conformado em uma lógica sistêmica na qual o capital (ou a “riqueza acumulada”) presume objetivamente a sua ampliação imediata forçosa, com as chamadas “trocas desiguais”. Na medida em que a teoria do valor-trabalho envolvendo o processo produtivo na lógica de análise marxista é analisada em sua projeção de acumulação em escala mais ampliada, abre-se margem para as relações internacionais se localizarem no ponto focal da compreensão do sistema. Nesse sistema, a maximização das vantagens e a diminuição dos custos são cobiçadas através do arranjo estatal, ainda que este ator encontre restrições na sua atuação, com devidas limitações no sistema-mundo capitalista. A impossibilidade prática da operação desse sistema demonstraria, em outro sentido, a atuação do(s) Estado(s) que está(ão) orientados à falência relativa desta lógica, quando a dinâmica de longa duração paulatinamente lidaria com esse quadro de esgotamento contínuo e, portanto, a emergência de um novo sistema pós-capitalista - não necessariamente otimista. É precisamente nesse contexto, onde as limitações estruturais da crise do Estado enquanto ator preponderante no sistema, que surgiria a gênese do momento delicado onde a interdependência denota a estrutura regente desse sistema; centro e periferia estão visceralmente inseridos nessa crise do sistema capitalista. De alguma maneira, movimentos anti-sistêmicos são agentes que buscam uma redistribuição material menos opressiva e mais igualitária nesse sistema, representando forças menos restritivas.

Já Rosa Luxemburg defende um quadro de valores igualmente diferenciado: o ponto crítico é que Luxemburg se insurge contra a idéia de que possa haver acumulação de capital – objetivo maior do capitalismo – em uma sociedade completamente capitalista. É preciso, para Luxemburg, que algo a mais exista, algo exterior ao capitalismo, para que a acumulação possa se realizar. Luxemburg passa então a demonstrar que esse excedente de mercadorias só pode se realizar em lucro se for trocado por mercadorias produzidas fora do sistema, em um comportamento expansivo. Para ela, o mesmo mecanismo que foi fundamental na etapa de acumulação primitiva de capital continuava operando, o que torna necessária a expansão do capitalismo para áreas e modos de produção não-capitalistas. Assim fica clara a exposição do fenômeno imperialista para Rosa. As crises capitalistas são entendidas por Luxemburg como ocasiões nas quais a superprodução não dispõe de mercados para escoar suas mercadorias, o que só é resolvido com o desenho e a abertura de novos mercados através do imperialismo. Explicar-se-á, nessa chave, o empecilho à industrialização das colônias, assim mantendo a metrópole atuante em uma zona não-capitalista que assegurasse os lucros.

Decerto que a maior brecha destas explicações se dá justamente por não considerar, de pronto, a possibilidade do sistema em questão se auto-reproduzir, auto-subsidiar e operar em termos não-regulados (mas não com sucesso), sem que haja necessária implosão absoluta e transformação abrupta imediata - o que inclusive se programa como possibilidade em vista após a superação dos momentos iniciais da recessão. Além disso, a iminência da revolução internacional é uma importante perspectiva já em debate, mas não há um plano objetivo para a mudança política e a transformação econômica adjacente baseada em tais preceitos.

A expectativa de que a crise possa representar o apoteótico ‘fim’ do sistema deve ser rapidamente descartada: as dinâmicas contemporâneas possivelmente descentralizaram e refizeram toda a mecânica e o movimento em derivações menos ‘disciplinadas’, ou ‘coreografadas’. As dificuldades de acumulação geram crises que impulsionam o capitalismo a expandir-se, mas por que isso ocorre de forma razoavelmente regular e com sobrevivência assegurada do sistema, ainda são questões em pugna no debate marxista.

É evidente que o reconhecimento das subjetividades do jogo de relações econômicas no pós-crise deve ser um elemento fundante no renovado campo da Economia Política Internacional que emergirá, nas relações internacionais enquanto assunto e nas Relações Internacionais como disciplina. Já parece claro que as determinações objetivas que sugerem a

quebra teórica da racionalidade marginalista não produzem, igualmente, respostas adequadas e eficazes para a formulação estratégica dos países em desenvolvimento, ou até mesmo para o mais crônico dos casos, os PAD's. O que nos resta como ponto fundamental para a reflexão sobre essas questões, todavia, é o reordenamento pontual dos princípios basilares da economia política, no qual seja do ponto de vista do mercado ou do Estado - incluindo-se aí a sociedade civil -, é imperioso observar com um pouco mais de atenção a produção que não necessariamente congrega da lógica liberal.

A reificação das nossas lógicas morais, políticas, econômicas e filosóficas sob as ciclotímicas vogas desta verve filosófica já nos conduziram a profundas crises de valor na sociedade ocidental, quando não em escala global. E, nestes precisos momentos, podemos entrever que a saída inovadora pode se revelar ponderada, equalizante e reestruturadora. Possivelmente, nessa ruptura permite-se ao historiador, ao economista e ao politólogo a abolição das suas funções antiquárias e pedestres junto ao passado, às determinações em última instância e ao imediatismo narcisístico do hiper-presente, para encontrarem-se na imensidão dos estudos sobre as relações humanas e seus processos na totalidade do tempo e do espaço, sem restrições e amarras nos terrenos. A ética e a totalidade se vêem diretamente abalroadas pelo exercício de si, em objeção ao exercício mais coerente - o do ser, que age.

Bibliografia:

BÈDARIDA, François. “Tempo Presente e **Presença da História**”. In: **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada - a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Trad. Luiz Antonio de Oliveira Araujo. São Paulo: UNESP, 2004.

FONTANA, Josep. **História dos Homens**. São Paulo: EDUSC, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. EUA: Princeton, 1987.

HAMILTON, Alexander. **Relatório sobre as manufaturas**. Rio de Janeiro: Solidariedade Ibero-americana, [1791] 1995.

KINDLEBERGER, Charles. **Dominance and Leadership in International Economy: exploitation, public goods and free riders.** *International Studies Quarterly*, p. 242-254, jun. 1981.

_____. **The World in Depression 1929-1939.** Berkeley: University of California Press, 1973.

LIST, Friedrich. **O Sistema Nacional de Economia Política.** São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Economistas. [1846] 1986.

OHMAE, Kenichi. **O Fim do Estado-Nação.** Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação - as origens de nossa época.** Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital.** Nova Cultural, 1988.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação.** Petrópolis, Vozes: 2001

STRANGE, Susan. **States and Markets.** 2. ed. London: Pinter, 1994.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O século sombrio.** Rio de Janeiro : Campus/Elsevier, 2005.

NOTAS

* É pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente / UFRJ e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, através do edital nº2 do Consórcio Rio de Janeiro de Estudos de Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional (Pro-Defesa, parceria PPGHC/EGN/PUC-Rio). cursou graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: daniel@tempopresente.org. É preciso agradecer a influência destas breves notas expostas adiante ao Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, bem como ao Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes.

ⁱ Estando esta última diretamente relacionada à premissa regional-integracionista, a qual não trataremos por opção de relacionar-se apenas com as escolas clássicas do pensamento marginalista.

ⁱⁱ CORREA, R. **El Sofisma del libre comercio.** In: ACOSTA, Alberto, BENITEZ, FANDER, Jaconé, & RAMIREZ, René. **El rostro oculto del TLC.** Ediciones ABYA-YALA. Quito (Ecuador), 2006. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4124&Itemid=148>. Acesso em 11 dez. 2008.

ⁱⁱⁱ **Sistema nacional de economia política.** São Paulo: abril cultural, 1983.